

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA E SOLENE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA EM 15 DE JANEIRO DE 2020.

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, às 09 horas, na sala de Sessões do Colégio de Procuradores de Justiça, 6º andar da sede zona leste do Ministério Público, à avenida Lindolfo Monteiro, 911, Bairro de Fátima, realizou-se a sessão extraordinária e solene do Colégio de Procuradores de Justiça, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral de Justiça, **Carmelina Maria Mendes de Moura**, para dar posse aos novos membros do Conselho Superior do Ministério Público eleitos para o biênio janeiro/2020 a dezembro/2021. Presentes os Procuradores de Justiça **Antônio de Pádua Ferreira Linhares, Antônio Gonçalves Vieira, Teresinha de Jesus Marques, Alípio de Santana Ribeiro, Ivanceide Assunção Tavares Rodrigues, Martha Celina de Oliveira Nunes, Rosangela de Fátima Loureiro Mendes, Catarina Gadêlha Malta de Moura Rufino, Lenir Gomes dos Santos Galvão, Hosaiás Matos de Oliveira, Fernando Melo Ferro Gomes, José Ribamar da Costa Assunção, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, Aristides Silva Pinheiro, Luis Francisco Ribeiro, Clotildes Costa Carvalho e Hugo de Sousa Cardoso**. Ausentes, justificadamente, os Procuradores de Justiça **Antônio Ivan e Silva (férias) e Zélia Saraiva Lima (justificativa)**. Inicialmente a Presidente cumprimentou os presentes, desejando a todos um ano de paz e harmonia, fazendo votos de que este Colegiado cada vez mais esteja aperfeiçoando suas atividades e cumprindo com suas atribuições, a fim de que se possa ter um Ministério Público ricamente fortalecido. Na sequência, verificou o quórum regimental e declarou aberta a sessão extraordinária e solene de posse dos novos membros do Conselho Superior do Ministério Público, para o biênio 2020/2021, conforme o disposto no art. 96 do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí. Em seguida a Presidente deu conhecimento ao Colégio de Procuradores, do requerimento apresentado pelo

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça Hugo de Sousa Cardoso, em 14 de janeiro do ano em curso, no qual manifesta sua desistência em assumir o cargo de conselheiro do Conselho Superior do MPPI. A Procuradora-Geral deferiu a solicitação, bem como adotou as providências em relação a posse do suplente imediatamente eleito. Dando início, o mestre de cerimônia cumprimentou os presentes e anunciou a leitura do termo de posse pela secretária do Colégio de Procuradores, Dra. Catarina Gadêlha Malta de Moura Rufino. Após, o mestre de cerimônia fez a chamada nominal dos empossandos para a assinatura do termo de posse junto à Procuradora-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público. Foram empossados os Conselheiros Fernando Melo Ferro Gomes, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando e Martha Celina de Oliveira Nunes, como titulares, e Hosaias Matos de Oliveira e Lenir Gomes dos Santos Galvão, como suplentes, eleitos para o Conselho Superior do Ministério Público, biênio 2020/2021. Continuando, a Presidente facultou a palavra para os pronunciamentos. O conselheiro Fernando Melo Ferro Gomes falou da importância do Conselho Superior do Ministério Público, destacando suas competências. Disse que essa é mais uma missão que lhes foi confiada e que terão de bem desempenhá-la, pois não podem ignorar o chamado da classe que lhes elegeram conselheiros no dia 16 de dezembro de 2019. Acrescentou que conta com a experiência dos conselheiros, bem como do Corregedor-Geral do MP e da Procuradora-Geral de Justiça. Disse que nesse Colegiado não estão preocupados em vencer ou ser vencido, e sim, em debater o direito e aplicá-lo da melhor forma possível, atendendo o que as partes almejam. Citou o seguinte trecho do livro “Nada menos que tudo”, do Ex-Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot: “de modo geral, procuradores sabem aguentar pressão. Nosso ofício não é agradar. Encarar adversidades é parte da nossa rotina”. Disse que sabem que encontrarão adversidades, mas o Colegiado saberá enfrentá-las. Agradeceu a Deus a oportunidade de servir ao Conselho Superior e ao Ministério Público do Estado do Piauí, assim como agradeceu, também, aos colegas que votaram em seu nome e nos demais, reafirmando que o mandato estará a serviço do MP estadual e a causa da justiça. Por fim, pediu que Deus os abençoe e os ilumine. A conselheira Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues agradeceu pela confiança de todos que votaram em seu nome. Disse que sempre carrega consigo o princípio do direito, que é viver

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

honestamente e, é assim que pretende fazer, continuar honestamente dando a todos o seu direito, porque é assim que deve ser feito, principalmente no Conselho Superior do Ministério Público. Ressaltou que está aberta ao diálogo àqueles que se sentirem ofendidos no seu direito. Encerrou expressando sua felicidade em poder contribuir com a Instituição. A conselheira Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando falou sobre a evolução do Conselho Superior do Ministério Público, nesse novo cenário do MP resolutivo. Ressaltou a importância do CSMP, destacando o seu papel de órgão revisional, que com o advento da lei anticrime, no tocante ao art. 28, terá que se posicionar sobre todos os arquivamentos que serão postos pelo primeiro grau, de forma que será um trabalho desafiador. Falou sobre as matérias trazidas ao CSMP, a exemplo da movimentação da carreira, que com a edição da resolução nº 03 de 2018, que trata da meritocracia, estancou de vez a questão da subjetividade, para focar na objetividade daqueles colegas tão valorosos e que buscam ascender na carreira pela meritocracia. Enfatizou sobre o uso da tecnologia da informação, no sentido de se otimizar os trabalhos, visto a grande demanda do órgão. Disse que é extremamente grata pela confiança nela depositada para continuar esse trabalho, e parabenizou os colegas que aqui estão para compor esse conselho, e, se aqui estão, é porque a classe assim deseja, e, se a classe assim deseja, certamente irão desempenhar a contento as atividades no CSMP. A conselheira Martha Celina de Oliveira Nunes falou da honra em assumir o cargo, afirmando que fará o possível para desempenhar as suas funções com honradez e justiça. Agradeceu a todos pela confiança e por votarem em seu nome. O conselheiro Hosaias Matos de Oliveira falou que, na qualidade de suplente, irá procurar honrar a missão que lhes é conferida por lei. Ressaltou que o Conselho Superior é um órgão que compõe a administração superior do Ministério Público, de importância para a Instituição, e que a missão do conselheiro está clara no art. 18 da LC 12/93, que é fiscalizar e superintender a atuação do Ministério Público, bem como velar pelos seus princípios institucionais. Disse que, ao longo dos anos, no Brasil, se observa que as funções administrativas são tratadas de forma bastante pessoais, no entanto, a personalidade não pode de forma alguma se sobrepor à impessoalidade, pois a personalidade não pode ocupar a impessoalidade dos atos, do exercício da função. Assim, desejou que tanto os titulares como os suplentes, prestem um compromisso perante a

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Instituição, de que irão honrar essa missão, de que irão cumprir as atividades de acordo com as leis do país, para que esse Conselho Superior possa atingir o fim colimado para o qual ele existe. A conselheira Lenir Gomes dos Santos Galvão agradeceu pela oportunidade de ser conselheira suplente, assim como parabenizou os novos integrantes, afirmando que todos irão honrar com muita dedicação o trabalho de conselheiro. Falou sobre as atribuições do Conselho Superior, com destaque para a orientação e fiscalização dos membros do Ministério Público. Desejou sucesso aos novos conselheiros e que Deus os ilumine nessa nova caminhada. O Corregedor-Geral do MPPI, Dr. Luis Francisco Ribeiro, disse que está muito feliz, porque a classe agiu com muito tirocínio, tranquilidade e sabedoria ao trazer para os quadros do Conselho Superior esses quatro grandes nomes. Ressaltou que o Conselho está muito bem formado e que só vem a enriquecer mais ainda este Colegiado. Falou sobre a lei do anticrime que, por meio do seu artigo 28, deu mais atribuições ao Ministério Público, inclusive no âmbito criminal, em que terá mais plenitude de suas ações, de forma que essas atribuições trarão mais trabalho e responsabilidade ao CSMP. Por fim, parabenizou a todos e desejou boas vindas, acrescentando que se sente fortalecido em saber que poderá contar com a parceria desses grandes juristas que integrarão o CSMP. Após, os Procuradores de Justiça Antônio de Pádua Ferreira Linhares, Teresinha de Jesus Marques, Rosangela de Fátima Loureiro Mendes, José Ribamar da Costa Assunção, Aristides Silva Pinheiro, Clotildes Costa Carvalho e Hugo de Sousa Cardoso se manifestaram parabenizando os novos membros do Conselho Superior do Ministério Público, desejando êxito na gestão. A Procuradora-Geral parabenizou os membros do Conselho Superior que hoje são empossados, ressaltando sua alegria e felicidade por essa nova composição, na qual se sente confiante em trabalhos exitosos nessa gestão, pois são membros valorosos dotados de conhecimento e sabedoria pela experiência que tem na Instituição. Falou sobre o reconhecimento e valorização dos trabalhos realizados pelas anteriores composições do Conselho Superior, que se dedicaram e trouxeram importantes construções para que hoje estejam no momento atual, e que se possa agregar todo esse conhecimento para caminhar e seguir em frente rumo ao futuro. Falou também sobre a lei anticrime que trouxe modificações, tanto do Código Penal, como de Processo Penal, e uma delas de impacto para o Ministério Público, que é o artigo

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

28. Reforçou as falas dos Procuradores de Justiça Fernando Ferro e Raquel Normando, relativamente à importância das atribuições e dos avanços do CSMP, destacando a movimentação da carreira e a edição da resolução nº 03/2018. Fez referência as falas dos Procuradores de Justiça Hosaias Matos e Clotildes Carvalho, no tocante ao aspecto da impessoalidade. Assim como também falou, a exemplo do Dr. Hosaias, sobre a missão do CSMP, que é velar, proteger e resguardar os princípios institucionais, que é a base da Instituição. Concluiu desejando que todos possam trabalhar de forma respeitosa, pois a beleza do Colegiado não é todos pensarem da mesma forma, pelo contrário, é importante a divergência de opiniões e entendimentos diferentes, para que realmente se possa construir e abrir novos olhares. Desejou sucesso a todos e que realmente se possa alcançar e cumprir a missão que está na Lei Orgânica e na Constituição Federal, construindo um Ministério Público mais forte, a fim de que se possa contribuir efetivamente para a transformação da sociedade piauiense nas suas diversas áreas. Por fim, pediu a Deus que guie a todos, para que unidos possam cada vez mais estarem fortalecidos. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada esta sessão, e para constar, eu, Catarina Gadêlha Malta de Moura Rufino, Procuradora de Justiça e Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pelos presentes. Teresina, 15 de janeiro de dois mil e vinte.